

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGENCIA DE REGULACÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2017, às 14h30, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife – PE, foi realizada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, contando com a presença dos Conselheiros: Dr. Marcelo Canuto Mendes (membro representante do Governo do Estado de Pernambuco), Dra. Maria Cristina Tavares de Lira (membro representante do Governo do Estado de Pernambuco), Deputado José Adalto dos Santos (membro representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE), Dr. Flávio Cavalcanti Veloso da Costa (membro representante da Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE), Carlos Eduardo Guedes Alcoforado (membro representante das Concessionárias e Permissionárias do Estado de Pernambuco - Copergás), contando ainda com a participação do Diretor de Regulação Técnico - Operacional da ARPE, Dr. Ricardo Fiorenzano, da Ouvidora da Arpe, Dra. Juliana Medicis, do Chefe de Gabinete, Rafael Vieira, da Coordenadora de Gás canalizado, Transportes e Rodovias, Luciana Carvalho, escritvã *ad hoc* que esta subscreve. Os temas analisados e debatidos foram: **1) Apresentação das atividades realizadas pela Diretoria Técnico-Operacional em 2016; 2) Demais deliberações.** Iniciando os trabalhos, Dr. Marcelo Canuto, membro Presidente do Conselho, cumprimentou os presentes e saudou o novo membro representante das Concessionárias e Permissionárias do Estado de Pernambuco (Copergás), Dr. Carlos Eduardo Guedes Alcoforado, em substituição ao Dr. Christiano Walter de Freitas, para complemento do mandato de acordo com o Decreto nº 30.200 de 09 de fevereiro de 2007, art. 32, §3º e conforme Ato nº 800, de 13 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 14 de fevereiro de 2017. Prosseguindo, passou a palavra ao Diretor de Regulação Técnico – Operacional da Arpe, Dr. Ricardo Fiorenzano, que deu inicio a sua apresentação discorrendo as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias Técnicas de responsabilidade de sua Diretoria, quais sejam: Energia Elétrica, Saneamento, e Gás Canalizado, Transportes e Rodovias, respectivamente, no ano de 2016. Acrescentou que na Coordenadoria de Energia Elétrica a Regulação é de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mas que a fiscalização Técnico - Operacional é realizada pela ARPE, de acordo com o contrato de metas da ANEEL, o qual faz parte a fiscalização em campo, dentre outras e monitoramento de Processos Administrativos. Após cada fiscalização é gerado um relatório que é encaminhado para ANEEL através dos Processos Administrativos, que são analisados e deliberados previamente pela Diretoria Colegiada. Continuando, externou que na Coordenadoria de Saneamento são realizadas as Fiscalizações Técnicas Operacionais e as Fiscalizações emergências gerando relatórios com acompanhamento, como também o monitoramento dos sistemas de qualidade de água e esgoto, sendo acompanhado através de relatórios de monitoramento. Os relatórios de qualidade de agua são elaborados semestralmente, e mensalmente a Compesa encaminha os relatórios da Companhia à ARPE a qual verifica se os dados apresentados estão de acordo com as normas exigidas, gerando assim um plano de melhoria caso haja inconsistência de informações. Apresentou, dentre outros, os municípios fiscalizados e os municípios que não são atendidos porque não existe contrato entre eles e a Concessionária. Discorreu o resumo dos Processos Administrativos de 2016 com as Não Conformidades atendidas e as não conformidades em andamento, algumas com prazos repectuados solicitado pela Companhia por falta de verba. Disse ainda que a abrangência da fiscalização, tanto no Sistema de abastecimento de água, como no sistema de esgotamento

sanitário é considerada pequena devido as diárias com valor defasado que torna inviável a fiscalização em alguns municípios do Estado, incluindo também a ilha de Fernando de Noronha. Acrescentou que foi elaborado um plano para agregar à diária uma taxa para as fiscalizações e que será encaminhado a SAD para análise e deliberação. Continuando sua apresentação, com relação a Coordenadoria de Gás Canalizado, Transportes e Rodovias, percorreu minuciosamente os clientes da Copergás que são fiscalizados pela ARPE, de acordo com os segmentos, quais sejam: pontos de entrega (*City Gates*); cogeração; residencial; comercial; industrial; e GNV (Gás Natural Veicular). Após as fiscalizações, são gerados relatórios trimestrais com os Termos de Notificação - TN, que são encaminhados para a Companhia com prazo de resposta, de acordo com a Legislação vigente. Acrescentou que a Copergás normalmente tem respondido satisfatoriamente às soluções das Não Conformidades. Prosseguindo a reunião, com relação à Transportes, percorreu sobre o Transporte Intermunicipal, de responsabilidade da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, o qual a Agência fiscaliza 12(doze) Terminais Rodoviários Concedidos à Empresa SOCICAM. Ressaltou em seguida o trabalho realizado pela Agência com a análise do Contrato de Concessão EPTI – SOCICAM e que foram feitos alguns ajustes importantes, como explicitar a ARPE como fiscalizador dos Terminais concedidos. Continuando, apresentou o índice de abrangência, considerado como baixo, mas que a meta para este ano é ter um crescimento significativo devido a fiscalização que será realizada em Terminais ainda não fiscalizados. Ainda em sua apresentação, ressaltou que em relação ao Transporte Metropolitano, apesar da Lei da Arpe nº12.524/2003, onde diz que a Arpe exerce atividade regulatória através do CSTM, foram realizadas reuniões com o Secretário das Cidades e Presidente do CSTM, Dr. Francisco Papaléo, para que a Arpe pudesse fiscalizar os Terminais Rodoviários Metropolitanos. Acrescentou que dessas fiscalizações são elaborados relatórios que são encaminhados ao Grande Recife Consórcio de Transportes- GRCT. Prosseguindo, apresentou as Rodovias: Rota dos Coqueiros, que tem como poder concedente o Governo do Estado de Pernambuco por intermédio do Comitê Gestor do programa Estadual de Parcerias Público – Privadas (PPP) e a Rodovia Rota do Atlântico, a qual tem como poder concedente SUAPE - Complexo Industrial Portuário Gov. Eraldo Gueiros – Governo do Estado de Pernambuco, mas ressaltou que a Arpe não tem poder como Regulador na Rota do Atlântico, apenas atua como apoio. Finalizando os trabalhos, todos os presentes agradeceram pela apresentação e solicitaram ao Dr. Ricardo Fiorenzano, encaminhar a apresentação por meio eletrônico. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião por todos os participantes, cuja ata vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Recife, 20 de fevereiro de 2017.

Marcelo Canuto Mendes

Dra. Maria Cristina Tavares de Lira

Deputado José Adalto dos Santos

Flávio Cavalcanti Veloso da Costa

Carlos Eduardo Guedes Alcoforado